

Renato Antonio Gavazzi

# Papo de Índio

Número 1/2011

## Os verdadeiros trabalhadores da Floresta

*As políticas de gestão territorial para as Terras Indígenas do Acre passam pelo reconhecimento da categoria profissional do Agente Agroflorestal Indígena*

O Acre é talvez o único estado do Brasil, que nos últimos 30 anos teve enormes conquistas socioambientais; é só olhar para ele no mapa e ver que quase a metade de seu território é composto por Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Porém hoje, o grande desafio a ser enfrentado é como trabalhar a gestão desses territórios e como protegê-los. No caso específico das Terras Indígenas que foram delimitadas em polígonos reduzidos em relação ao passado, com o crescimento da sua população e com pressões crescentes do entorno, surgem algumas perguntas: como organizar o uso dos recursos coletivos e individuais dentro do princípio da sustentabilidade? Como realizar a gestão desses recursos naturais e agroambientais para as futuras gerações? Como proteger as Terras Indígenas das invasões? Como implementar projetos de desenvolvimento comunitários com benefício para todos?

Pensando na complexidade da gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas é que surgiu, em meados da década de 90, o Programa de Formação de

Agente Agroflorestal Indígena, após se ter sido finalizada grande parte da regularização fundiária das Terras Indígenas do estado do Acre. Com seus territórios demarcados os povos indígenas, agricultores e seringueiros do Acre se colocam frente ao terceiro milênio ainda com o desafio de tornar ocupados esses espaços conquistados com condições adequadas de vida a partir de formas de organização política e econômica baseadas em padrões sociais e culturais próprios.

Posto o desafio e apoiando membros das comunidades indígenas, para favorecer melhor inserção na economia regional e nacional, é que a Comissão Pró-Índio do Acre- CPI/AC, traçou várias estratégias de gestão. Entre elas a capacitação de Agente Agroflorestais Indígenas foi uma das identificadas como um passo necessário para potencializar e desencadear os processos de reorganização territorial nos aspectos político, econômico e cultural e a efetiva garantia da ocupação produtiva das terras demarcadas.

O Programa de Formação de Agente Agroflorestal Indígena está baseado no desenvolvimento de competências relacionadas à segurança alimentar, vigilância e fiscalização das Terras Indígenas, monitoramento ambiental, manejo e conservação dos recursos naturais, estudo da legislação ambiental e indígena. De forma significativa, os Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) contribuem com alternativas concretas voltadas para

a gestão das Terras Indígenas. Um dos exemplos marcantes nas ações dos AAFIs são os vários modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitários como horta orgânica, criação e manejo de animais domésticos e silvestre, implementados em suas aldeias, além de um amplo leque de ações de gestão territorial e ambiental.

Eles, em um trabalho de dedicação e determinação, implementam e manejam nas comunidades interessantes modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitário que são os sistemas agroflorestais indígenas e os quintais agroflorestais, consorciados com animais domésticos e silvestres. Tais modelos da agroflorestas vêm conseguindo reunir expressiva quantidade e variedade de frutíferas e de outras espécies de plantas utilitárias como: madeira para construção de casa, palha para cobertura, ervas medicinais, plantas sagradas para usos em rituais e decoração do corpo. Um interessante exemplo desses sistemas e a volta das pupunhas plantadas ao redor das aldeias, retornando depois de um longo período de abstenção.

O envolvimento indígena tem sido tão forte nesse processo que atualmente os AAFIs criaram uma associação da categoria - a AMAAI/AC. Um aspecto que chama atenção na atuação dos AAFIs é a valorização das culturas locais nas práticas de gestão e na atuação compartilhada com as escolas indígenas diferenciadas. Como resultado dessas ações, os AAFIs têm também assumido papel de liderança na organização social e política das aldeias.

Na última viagem de assessoria realizada em outubro e novembro de 2010, pela equipe técnica do Programa de Gestão Territorial e Ambiental da CPI/AC, às Terras Indígenas Kaxinawá do município do Jordão, constatou-se que, em 20 aldeias os AAFIs, junto a suas comunidades, implementaram ao longo dos anos da sua formação, 73 ha de sistemas e quintais agroflorestais. Nesta assessoria foram levantadas um total de 113.400 plantas com 158 espécies, sendo a sua grande maio-



CONSTRUINDO o mapeamento indígena

ria de frutas. Outro exemplo do trabalho dos AAFIs junto a suas comunidades foi o plantio de 800 mudas de coco da praia e 250 mudas de cítricos na Terra Indígena Poyanawa no mês de novembro do ano passado. Teríamos vários outros exemplos relacionados à questão da agrofloresta voltados para a gestão das Terras Indígenas que acontece concretamente onde existe o trabalho dos AAFIs.

Além dos interessantes modelos agroflorestais, os AAFIs vêm realizando outras ações junto a seu povo e aos seus vizinhos não indígenas que vivem no entorno, que é a orientação prática do uso de “novas” e “antigas” formas de manejo e conservação dos recursos naturais, como por exemplo, coletar frutas nativas sem derrubar a árvore; o mesmo com a palha para cobertura de casas; a preservação da mata ciliar; criação de quelônios, de melíponas e piscicultura.

Outra ação bastante significativa do trabalho dos AAFIs é o envolvimento dos alunos das escolas indígenas nas atividades práticas de produção de mudas nos viveiros, manejo nos plantios, além de orientar e organizar junto aos estudantes e a população da comunidades soluções viáveis a problemática do lixo nas aldeias, que é hoje um sério problema a nível global. Como se vê, o movimento dos AAFIs como educadores ambientais, de cuidar da floresta, de pensar formar de uso e de manejo dos recursos florestais, e na proteção de suas terras, vem mostrando louváveis resultados positivos de um trabalho árduo e contínuo.

Depois de quase 16 anos do surgimento da categoria social dos AAFIs, hoje no estado do Acre existem 136 Agentes Agroflorestais Indígenas trabalhando em 27 Terras Indígenas de 12 povos, a extensão total dessas terras é de 1.558.401 há, e conta com uma população de aproximadamente 9.000 pessoas. Uma população bastante expressiva para um número reduzido de profissionais indígenas, que prestam um importante trabalho na manutenção das florestas e nas ações de gestão territorial e ambiental para as comunidades e para o estado do Acre.

Em todas as discussões de proteção de floresta, da biodiversidade, proteção de faixa de fronteira, manejo dos recursos naturais, seria desejável olhar com mais atenção e carinho ao trabalho qualificado e responsável dos Agentes Agroflorestais Indígenas. As políticas de gestão territorial e ambiental no estado do Acre deveriam incorporar como política pública o reconhecimento da categoria profissional dos AAFIs através da sua contratação como gestores ambientais, pois eles realizam um importante papel na gestão pública dos territórios indígenas. Porque existe tanta dificuldade em enxergar essa realidade? Porque não querem reconhecer o trabalho prestado que os AAFIs vêm realizando para as suas comunidades, para as Terras Indígenas e para o Estado do Acre? O reconhecimento da categoria profissional com a contratação dos AAFIs é essencial para garantir a manutenção de uma gestão territorial e ambiental de boa qualidade agora e no futuro e transformar uma ação até então informal em políticas públicas. pode até parecer uma valor relativamente alto, porém é nada ao confronto de outros gastos do estado.

Os Agentes Agroflorestais Indígenas estão lutando há 10 anos para receber apenas um salário mínimo pelo trabalho que vem prestado ao estado. Eles vivem em suas comunidades e em sua grande maioria fazem parte de famílias extensas. Se refletirmos em cima da relação custo – benefício, que essa possível política pública porta, se compreende facilmente que nada é mais socialmente justo e economicamente viável, pois com pouco recurso, eles trabalham em área muito grande do território do estado. O reconhecimento da categoria profissional dos AAFIs, passa por pagamento de salário e não deixa também de ser uma maneira de socializar a riqueza do estado. Em relação a outros estados brasileiros, o Acre mais uma vez saiu na frente com a criação da categoria social do Agente Agroflorestal Indígena em 1996, agora está na hora de dar mais um passo avante, reconhecendo e contratando os AAFIs como gestores ambientais, assim novamente o Acre sai na frente em termos de justiça social, conquista socioambiental e política indígena.



APRENDENDO a operar com GPS